

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.142 - MG (2019/0120837-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : ALCIONE CORREA DA CRUZ (PRESO)
ADVOGADO : JANIO MARCELINO DE SOUZA - MG167230N
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ALCIONE CORREA DA CRUZ contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou a ordem visada no *Writ* n. 1.0000.19.031035-9/000 para manter a segregação cautelar decretada em seu desfavor nos autos da ação penal em que foi pronunciada pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 121, *caput*, c/c o art. 211 ambos do Código Penal.

Sustenta a recorrente, em síntese, estar sofrendo constrangimento ilegal, sob o argumento de que não havia fundamentação concreta para justificar a ordenação e manutenção da sua custódia cautelar, reputando ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema, elencados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Defende que é primária e possui condições pessoais favoráveis, fatores a demonstrar que, em liberdade, não causará embaraços à ordem pública, tampouco voltará a cometer crimes.

Aduz que a hipótese dos autos comportaria a substituição da prisão por providências cautelares menos gravosas (art. 319 do Código de Processo Penal).

Diante disso, requer o provimento do presente reclamo, para que seja deferida liberdade provisória em seu desfavor, com ou sem imposição de medidas cautelares alternativas.

Liminar indeferida.

Informações prestadas pelo Juízo de origem às e-STJ fls. 155-156, noticiam que o Recurso em Sentido Estrito foi encaminhado para o Tribunal em 7/2/2019.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Inicialmente, verifica-se que os fundamentos que levaram à manutenção da preventiva da recorrente na decisão de pronúncia foram os mesmos apontados por ocasião do primeiro decreto, **que se entendeu persistirem no caso**, negando à acusada o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fl. 47).

Não obstante, tem-se que o presente recurso foi interposto desprovido de documentação indispensável, visto que a defesa deixou de juntar a cópia do decreto originário da prisão preventiva, inviabilizando, assim, o deslinde da controvérsia.

Como se sabe, o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado, decorrente de Tribunal sujeito a jurisdição dessa Corte Superior, providência não efetivada no caso *sub examine*.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO IMPUGNADO. PROVA DEVE SER PRÉ-CONSTITUÍDA. IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIR NA ANÁLISE DO PLEITO. VEDAÇÃO À SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações,

Aônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 390.108/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 04/04/2017)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA. RAZOABILIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. DEFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. AUSÊNCIA DO DECRETO PRISIONAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

IV - Olvidou-se o impetrante de juntar aos autos cópia da r. decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, por ocasião do recebimento da denúncia. A apontada deficiência de instrução impede a exata compreensão da controvérsia, sendo pacífica a jurisprudência desta Corte de Justiça no sentido de que é ônus do impetrante a correta instrução dos autos, no momento do protocolo da impetração, sob pena de não conhecimento do writ. Precedentes.

[...]

Habeas corpus não conhecido.

(HC 473.072/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 13/11/2018, grifou-se.)

HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. AUSÊNCIA DO DECRETO PRISIONAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE CARACTERIZADA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. EVENTUAL MORA DECORRENTE DAS PECULIARIDADES DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS E ANÁLISE DE PEDIDOS DE LIBERDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as

Superior Tribunal de Justiça

alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. O pedido de revogação das prisões preventivas se torna inviável de apreciação, pois constata-se que o writ está deficientemente instruído diante da ausência de cópia que decretou a prisão preventiva, documento essencial ao exame da controvérsia e da plausibilidade do pedido.

[...]

6. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC 458.996/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019, grifou-se.)

Ante o exposto, nos termos do art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intemem-se

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator